O NOVO PERFIL DE ESTUDANTES-TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (DG-USP)

Patrícia Paula da Silva

RESUMO

O objetivo central do presente trabalho é identificar o perfil e as principais dificuldades acadêmicas dos/as estudantes-trabalhadores/as de graduação do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (DG-USP). Para tanto, além do levantamento bibliográfico referente ao tema, analisamos dados dos questionários socioeconômicos da Fundação para o Vestibular (FUVEST), entre os anos de 2001 e 2015, e dos questionários socioeconômicos respondidos pelos estudantes do DG-USP nos anos de 2018 e 2020. Defendemos que o perfil de estudantes-trabalhadores/as do DG-USP sofreu uma transformação que se deve, principalmente, a dois fatores. O primeiro refere-se à adesão da USP ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), em 2015, permitindo maior ingresso de estudantes socioeconomicamente mais vulneráveis — com renda familiar de até 5 salários mínimos, oriundos de escolas públicas e autodeclarados/as pretos, pardos e indígenas. O segundo fator é consequência direta do avanço das políticas neoliberais sobre o mercado de trabalho brasileiro, provocando intensa precarização das condições materiais e subjetivas dos/as trabalhadores/as. Como resultado, identificamos um perfil de estudantes-trabalhadores/as socioeconomicamente mais vulneráveis em relação àqueles/as que ingressaram na USP antes da reserva de vagas, e que apresentam dificuldades acadêmicas relacionadas principalmente à falta de tempo, linguagem acadêmica, excesso de tarefas acadêmicas, questões financeiras e psicológicas. Concluímos que a presença desse novo perfil de estudantes demanda o alargamento e o aprofundamento das estratégias de permanência estudantil na USP, bem como avaliação cuidadosa acerca da concepção e das práticas pedagógicas do DG-USP.

Palavras-chave: Estudantes-trabalhadores/as; Reserva de vagas; Precarização do trabalho.

THE NEW PROFILE OF STUDENT-WORKERS IN THE DEPARTMENT OF GEOGRAPHY AT THE UNIVERSITY OF SÃO PAULO (DG-USP)

ABSTRACT

The main objective of this study is to identify the profile and main academic difficulties of the undergraduate student-workers in the Department of Geography at the University of São Paulo (DG-USP). Therefore, besides the bibliographic survey on the subject, we analyzed data from the socioeconomic questionnaires of the Fundação para o Vestibular (FUVEST), between 2001 and 2015, and the socioeconomic questionnaires answered by DG-USP students in 2018 and 2020. We claim that two factors contribute to the existence of a new profile of student-workers at DG-USP. The first refers to USP's adherence to the Unified Selection System (SISU) in 2015, which allowed greater admission of students who are more socioeconomically vulnerable –- whose family's incomes are up to 5 minimum wages, who come from public schools, and self-declare as black, brown or indigenous. The second factor is a direct consequence of the advance of neoliberal policies on the Brazilian labour market, which has led to intense precarization of the material and subjective conditions of workers. As a result, we identified a profile of student-workers who are socioeconomically more vulnerable in relation to those who entered USP before the affirmative action, and who present academic difficulties related mainly to lack of time, academic language, excessive academic tasks, and financial and psychological issues. We have concluded that the presence of this new profile of students demands the broadening and deepening of student permanence strategies at USP, as well as a careful evaluation of the pedagogical conception and practices of DG-USP.

Keywords: Student-workers; Affirmative action; Labor precarization.

Introdução

Este trabalho se propõe a refletir sobre o atual perfil e as dificuldades acadêmicas dos/as estudantes-trabalhadores/as de graduação do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (DG-USP). Na nossa perspectiva, esse perfil vem sendo alterado devido a dois processos: a implementação da política de reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas (EP) e pretos/as, pardos/as e indígenas (PPI) aprovada pelo Conselho Universitário da USP, em 2015; e o aprofundamento da precarização do trabalho promovido pela intensificação das políticas neoliberais no Brasil nas últimas décadas.

De modo geral, buscamos evidenciar como esses processos se relacionam no âmbito da formação docente e do ensino de Geografia. Para tanto, esse texto foi dividido em cinco partes: esta introdução, três tópicos para o desenvolvimento teórico e apresentação dos resultados e a conclusão.

Nossa análise parte da reflexão acerca da estratégia neoliberal para se impor como uma ideologia hegemônica (WILLIAMS, 2011), (EAGLETON, 2019), (DARDOT; LAVAL, 2016) e, assim, dissimular a precarização do trabalho. Nesse primeiro tópico, apontamos os principais elementos que compõem a precarização do trabalho no âmbito das políticas neoliberais no Brasil e no mundo (DARDOT; LAVAL, 2016), (HARVEY, 2008), forjando assim uma nova morfologia do trabalho e fazendo surgir a figura do precariado (ANTUNES, 2018), (BRAGA, 2017), (ALVES, 2013), (STANDING, 2014); fazemos breve caracterização histórica acerca do mercado de trabalho brasileiro antes do aprofundamento do neoliberalismo até a (Contra) Reforma Trabalhista de 2017 (DEDECCA, 2005), (ANTUNES, 2018), (DRUCK; DUTRA; SILVA, 2019); buscamos evidenciar a preferência do capital pela superexploração das parcelas da população mais vulneráveis socioeconomicamente, como mulheres, negros/as, pardos/as, imigrantes, população LGBTQIA+ (ANTUNES, 2018), (BRAGA, 2017), (HARVEY, 2008); além de refletir sobre como as transformações estruturais provocadas no mercado de trabalho pelas políticas neoliberais altera a vivência acadêmica dos/as estudantes-trabalhadores/as de graduação do DG-USP.

Num segundo momento, fazemos breve retrospectiva acerca do histórico de implementação da política de reserva de vagas nas universidades públicas brasileiras e quais são as principais mudanças provocadas no perfil socioeconômico dos/as estudantes destas instituições (FONAPRACE, 2019). Em seguida, nos interessa localizar a USP nesse processo (PIOTTO; NOGUEIRA, 2016) de abertura para as políticas afirmativas e evidenciar as alterações provocadas no perfil socioeconômico dos/as seus/as estudantes, de modo geral, e, mais particularmente, do DG-USP.

Na terceira parte do nosso texto, buscamos evidenciar os nossos resultados referentes ao perfil e às dificuldades dos/as estudantes-trabalhadores/as de graduação do DG-USP. Por fim, nas considerações finais, refletimos sobre a necessidade de ampliação das políticas de permanência estudantil na USP, tendo em vista a sua importância no que tange os aspectos materiais e formativos dos/as estudantes. Além disso, ressaltamos que a existência de um novo perfil de estudantes demanda também reflexões e debates sobre concepções e práticas pedagógicas que dialoguem com essa nova realidade a fim de construir possibilidades democratizantes e contra-hegemônicas.

A primeira e a segunda parte do trabalho foram construídas mediante levantamento bibliográfico pertinente ao tema. Além disso, na segunda parte, sistematizamos e analisamos dados dos questionários socioeconômicos da Fuvest nos anos de 2001, 2005, 2010 e 2015. Deles extraímos as categorias de análise: *cor*[1]*, renda* e *onde cursou o ensino médio*. Estas informações nos dão um panorama do perfil socioeconômico dos/as ingressantes na USP e no DG-USP antes da adesão à reserva de vagas.

Na terceira parte, sob o intuito de traçar o perfil dos/as estudantes-trabalhadores/as de graduação do DG-USP, aplicamos dois questionários socioeconômicos, um em 2018 e outro em 2020, que foram respondidos por, respectivamente, 308 e 347 estudantes que cursavam diferentes semestres do curso de graduação em Geografia. Os questionários foram enviados para os *e-mails* institucionais dos/as estudantes e respondidos em plataforma *on-line* (*googleforms)*. Cada formulário foi composto por cerca de 30 perguntas, no entanto, para fins dos objetivos do presente texto, nos limitamos às seguintes categorias de análise: *cor, renda, onde cursou o ensino médio, grau de escolaridade da mãe, ajuda no sustento da família, horas semanais de trabalho e tipo de trabalho.*

A fim de evidenciar as desigualdades socioeconômicas existentes no Brasil e refletidas na realidade

[1]A análise da *cor* dos ingressantes foi realizada a partir da soma dos percentuais dos estudantes autodeclarados *brancos* e *amarelos*, resultando na categoria *brancos*; já os percentuais dos estudantes autodeclarados *pretos, pardos* e *indígenas* foram reunidos na categoria *PPI*. Agrupamos os/as estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas na categoria de análise "PPI" por força de duas razões. Primeiramente por ser a categoria mais utilizada nos documentos oficiais referentes à política de reserva de vagas nas instituições públicas brasileiras, sendo assim amplamente difundidas e reconhecidas pela comunidade acadêmica. Além disso, pretendemos obter uma visão ampla e distanciada acerca do ingresso desse perfil de estudantes na USP. Reconhecemos a existência de consideráveis particularidades quanto às espacialidades e territorialidades dos corpos pretos, pardos e indígenas dentro e fora da USP, no entanto, nos debruçar satisfatoriamente sobre o arcabouço teórico-metodológico referente ao tema não nos permitiria contemplar os objetivos centrais da pesquisa e nem mesmo sanar os diversos desafios que se impuseram ao longo de nossa trajetória. Já a decisão sobre a composição da categoria *brancos* neste trabalho se justifica pelo fato de compreendermos que a condição socioeconômica dos estudantes *amarelos* se aproxima significativamente daqueles autodeclarados *brancos*. Além disso, a junção foi importante para facilitar a compreensão e a análise dos gráficos e tabelas.

universitária, cruzamos a variável *cor* com as outras variáveis. Os dados das respostas dos/das estudantes foram sistematizados e analisados a partir de tabelas e gráficos construídos no *excel*.

As categorias referentes às principais dificuldades dos/das estudantes-trabalhadores/as foram construídas a partir da análise individual de suas respostas a uma questão aberta[2] contida nos formulários socioeconômicos aplicados por nós nos anos de 2018 e 2020. A partir destas respostas, utilizamos a funcionalidade de um *website* para criar uma "nuvem de palavras"[3]. Assim, observamos as palavras e termos que mais se repetiam e criamos categorias de análise que representam as principais dificuldades desses/as estudantes, a saber: *falta de tempo, linguagem acadêmica, excesso de tarefas, questões psicológicas/emocionais e questões financeiras*[4]. Na categoria referente à *falta de tempo* foram consideradas repetições como dificuldades de conciliar *trabalho/estudo*, de *deslocamento/distância* no trajeto moradia-trabalho-universidade e de participar em *atividades acadêmicas* extra-classe. Na categoria *linguagem acadêmica* foram consideradas as dificuldades relacionadas à falta de conhecimento de *idioma* estrangeiro, *didática/método* dos docentes, *leitura/escrita* de textos acadêmicos e *falta de conhecimento prévio* de conteúdos básicos do ensino médio. Na categoria *questões financeiras*, além das menções explícitas às "dificuldades financeiras", também foram consideradas respostas que apontavam *falta de dinheiro* e problemas de *permanência*. Em relação ao *excesso de tarefas*, foram incluídas dificuldades relacionadas ao *excesso de leituras e textos*, *excesso de trabalhos e provas* e *prazos apertados.* Por fim, na categoria *questões psicológicas/emocionais*, além de menções explícitas à "saúde mental", incluímos dificuldades de *adaptação* ao ambiente acadêmico, *ambiente acadêmico hostil* e *clima de competição*, dificuldades de *relacionamentos com colegas e docentes*, *falta de perspectiva profissional* e *estresse/depressão/ansiedade/solidão/baixa autoestima/cansaço*.

A razão neoliberal e o aprofundamento da precarização do trabalho

É importante perceber que para além de se propor como um modelo político e econômico, o neoliberalismo é também uma ideologia. Uma ideologia que representa interesses do capitalismo financeiro - flexível, volátil, desregulamentado - (e da classe dominante) e que visa ser hegemônica.

[2] "Quais foram as principais dificuldades que você enfrentou no curso até o momento?".

[3] https://wordart.com/

[4] Os percentuais apresentados nas figuras (gráficos e tabelas) representam a frequência com que as categorias de análise apareceram nas respostas dos/as estudantes, de modo que em cada resposta pode ter sido contabilizada uma ou mais categorias.

Isto significa dizer que o neoliberalismo não se restringe a definir os significados e valores que circulam na sociedade, mas almeja transformar o pensamento, o comportamento e a experiência vivida concreta e cotidianamente pelos sujeitos do corpo social (WILLIAMS, 2011), (EAGLETON, 2019). Tal fato já era bem compreendido pelos grandes representantes do neoliberalismo, como a primeira-ministra britânica (de 1979 a 1990) Margareth Thatcher, defensora da ideia de que "a economia é o método, mas o objetivo é transformar o espírito" (apud HARVEY, 2008, p.32). E transformar o espírito é extremamente necessário num sistema que acumula crises, contradições e profundas desigualdades socioeconômicas.

Assim, para a efetiva acomodação do modelo neoliberal de gestão política e econômica, seus princípios deveriam ser disseminados em todas as instituições sociais, atingindo a dimensão concreta e simbólica da vida em sociedade; transformando não somente a economia, mas estabelecendo uma nova forma de governo, uma nova forma de pensar e uma nova semântica das palavras a fim de mudar, por exemplo, a referência do que é ser trabalhador/a, estudante, cidadão/ã, forjando assim uma linguagem própria e disputando todas as instituições e espaços da vida em sociedade. Enfim, estabelecendo uma *nova razão de mundo.* (DARDOT; LAVAL, 2016).

Um dos objetivos centrais dessa estratégia é dissimular a crescente e intensa precarização do trabalho que avança, em diferentes níveis de profundidade, nas diversas partes do globo. Retirada dos direitos trabalhistas, arrocho salarial e aumento da jornada diária de trabalho caracterizam o mercado de trabalho neoliberal cada vez mais marcado pela informalidade, trabalho temporário e terceirização. Esse cenário configura condições de incerteza, instabilidade e insegurança que, acrescidas do aumento da pressão por desempenho, eficiência e metas - das quais as do dia seguinte devem ser sempre superiores às do dia anterior -, geram nos trabalhadores e trabalhadoras inúmeras doenças físicas e psicológicas (HARVEY, 2008), (HAN, 2015), (DARDOT; LAVAL, 2016).

Vale ressaltar que, no Brasil, a informalidade e as restrições de acesso aos direitos trabalhistas são traços históricos que caracterizam o mercado de trabalho nacional para além da atualidade (DEDECCA, 2005). Mesmo o estabelecimento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943 ou a sua ampliação na “constituição cidadã” de 1988 não garantiram proteção social à significativa parcela dos trabalhadores/as brasileiros/as. O crescimento econômico conhecido como “era do desenvolvimento”, entre os anos de 1930 e 1980 – caracterizado pela intensa industrialização e modernização da infraestrutura nacional –, não foi acompanhado por melhorias sociais e permitiu que quase metade da população ocupada chegasse aos anos de 1980 sem acesso ao sistema de proteção social das leis trabalhistas (VARGAS, FELIPE, 2017); sem contar o intenso arrocho salarial

instaurado no país durante os anos de regime militar, a liberação da terceirização no serviço público (Decreto-lei n.200/1967) e a lei do trabalho temporário (Lei n.6.019/1974), dentre outros desmontes instaurados naquele período (DRUCK; DUTRA; SILVA, 2019).

Assim, nas décadas de 1990 e 2000 o mercado de trabalho brasileiro já se caracterizava por forte crescimento da informalidade e da terceirização e os novos postos de trabalho representavam massivamente baixa remuneração (ANTUNES, 2014). Os estudos de Antunes (2018), Druck, Dutra, Silva (2019) e Braga (2018) revelam que, no Brasil, os/as trabalhadores/as terceirizados/as sempre ganharam salários menores desempenhando maiores jornadas de trabalho, contavam com maior instabilidade no emprego e desfrutavam de menos direitos trabalhistas. Além disso, eles/elas representam os maiores índices de trabalhadores/as que morrem e se acidentam no ambiente de trabalho, conjuntamente às maiores taxas de adoecimento físico e psicológico.

Nessa perspectiva, como o avanço das políticas e da razão neoliberal transformam as condições de precarização do trabalho no Brasil nos últimos anos?

A redemocratização, em 1985, e a implementação da "Constituição Cidadã" de 1988, que reconheceu os direitos dos trabalhadores/as como direitos e garantias fundamentais, surgem na esteira de um Estado que se torna cada vez mais neoliberal[5]. Nesse mesmo momento a estrutura produtiva brasileira passava pela transição (ainda que parcial) da produção fordista para a flexibilização toyotista, que, para garantir lucros exorbitantes, exige trabalhos temporários, intermitentes e terceirizados, ao lado da extinção de direitos trabalhistas, gerando maior insegurança e instabilidade para os/as trabalhadores/as e intensa precarização no trabalho.

O avanço neoliberal sobre o mercado de trabalho brasileiro toma novo fôlego após o golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Segundo as autoras Druck, Dutra e Silva (2019), no Brasil a terceirização "antecipa o que a 'Reforma Trabalhista[6]' está legalizando para todos os trabalhadores: a precarização como regra." (p.9). Indo ao encontro das demandas da flexibilização do capital, essa lei enfraquece os sindicatos - desobrigando a contribuição sindical e descentraliza as negociações coletivas; desampara os/as trabalhadores/as - fazendo prevalecer o negociado sobre o legislado e dificultando o acesso à justiça; expande a precarização do trabalho em diversos níveis: terceirização irrestrita, aumenta o prazo para contratos temporários, diminui o tempo do horário de almoço, dentre outros abusos (DRUCK; DUTRA; SILVA, 2019).

[5] Haja vista a Reforma Administrativa do Estado, nos anos de 1990, que instaurou uma Nova Gestão Pública (NGP) ultraliberal baseada na privatização e enxugamento dos gastos estatais com serviços públicos.

[6] Lei 13.467/2017 promulgada no (des)governo de Michel Temer.

As autoras refletem sobre as condições do mercado de trabalho um ano após a vigência da Reforma Trabalhista e o que se nota é o aumento da terceirização, informalidade, desemprego e inserção precária marcada pela ausência de qualquer tipo de proteção social.

Segundo dados publicados no site *Agência Brasil,* desde o início da série histórica da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD - Contínua) em 2012, a média anual de trabalhadores/as sem carteira assinada atingiu número recorde, cerca de 40% da população brasileira encontrava-se nessa situação em 2022 (ABDALA, 2023). Os trabalhos informais se concentram preferencialmente nos setores de serviços e comércios e abrange as pessoas que trabalham por conta própria sem nenhum direito trabalhista.

Dentre o total de contratos de trabalho formais, o contrato terceirizado representava 22% em 2018 (GARCIA, 2018) e em 2020 salta para 25% (G1, 2023).

Para Antunes (2018), a terceirização, a informalidade e a flexibilidade do trabalho compõem a "trípode destrutiva" promovida pelo capital, permitindo a expansão de novas formas de precarização como a "uberização do trabalho" e o surgimento dos "trabalhadores intermitentes". A "uberização do trabalho" representa o trabalho flexível desprovido de contrato ou direitos trabalhistas em que todos os riscos e custos ficam por conta do trabalhador. A flexibilização e a terceirização sustentam as novas condições de trabalho, ambientadas por uma massa de trabalhadores/as que trabalham muitas horas por dia, ganham baixos salários e têm pouca ou nenhuma garantia trabalhista, dando origem ao que alguns autores chamam de "precariado".

Esse termo ainda representa discordâncias entre diferentes autores[7]. Porém, o ponto de concordância refere-se à parcela da população mais vulnerável ao trabalho precarizado, a saber: mulheres jovens não-brancas. Assim, autores como Harvey (2008), Braga (2017), Standing (2014) e Antunes (2018) ressaltam que a precarização tem preferência de cor, gênero e faixa etária. Isso porque historicamente a sociedade (e o capital[8]) relegou as mulheres e as pessoas pretas, pardas e indígenas por categorizá-las como inferiores, reservando-lhes os piores salários (quando existem) e postos de trabalho. Na perspectiva de apropriação capitalista do machismo e do racismo como estratégia de dominação que justificam tais condições de trabalho, o discurso sobre a inexperiência do jovem recém-formado ou em formação também vale como legitimação da superexploração do trabalho.

[7] Ver Standing (2014), Alves (2013), ANTUNES (2018).

[8] Ver ALMEIDA, Silvio. Capitalismo e crise: o que o racismo tem a ver com isso? *Blog da Boitempo*, junho de 2020; e FEDERECI, Silvia. O ponto zero da revolução. São Paulo: Elefante, 2019.

A *Agência de Notícias do IBGE* divulgou dados recentes que evidenciam as desigualdades por sexo e cor no Brasil. No ano de 2019, a taxa de desocupação entre as pessoas brancas era de 9,3%, enquanto que entre as pessoas pretas ou pardas chegava a 13,6%; nas ocupações informais 47,4% eram desempenhadas por pessoas pretas ou pardas e 34,5% por pessoas brancas. Estas ganhavam 73,4% mais do que aquelas. Em números isso significa que a renda mensal das pessoas brancas era de R$ 2.884 frente a R$ 1.663 das pessoas pretas ou pardas; o rendimento-hora dos/as trabalhadores/as brancos/as com nível superior era de R$ 33,90, enquanto os/as trabalhadores/as pretos/as e pardo/as com o mesmo nível de instrução ganhavam R$ 23,50 por hora trabalhada. Setenta por cento (70%) das pessoas abaixo da linha de pobreza eram de cor preta ou parda. E nesse índice a intersecção entre cor e sexo é salientada, "A pobreza afetou mais as mulheres pretas ou pardas: 39,8% dos extremamente pobres e 38,1% dos pobres." (SARAIVA, 2020, s/p).

As reflexões até aqui realizadas nos ajudam a começar a identificar alguns dos aspectos que nos levam a defender a tese de que o avanço das políticas neoliberais no mundo do trabalho é capaz de configurar um novo perfil de estudantes-trabalhadores/as no DG-USP. Especialmente quando o processo de precarização escolhe como alvos preferenciais jovens, mulheres e a população preta e parda, que representam justamente a parcela crescente de estudantes que ingressam na USP nos últimos 8 anos.

Reserva de vagas e o novo perfil de estudantes da USP e do DG-USP

Desde a primeira década dos anos 2000 a questão da política de reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas (EP), pretos, pardos, indígenas (PPI) e de baixa renda vem ganhando espaço no debate acadêmico. Esse processo, iniciado em 2003 na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), foi acelerado a partir de 2012 com o estabelecimento da lei 12.711 – popularmente conhecida como Lei de Cotas. Essa lei garante a reserva de 50% das vagas nas universidades e institutos federais para estudantes oriundos da rede pública de ensino e prevê que as vagas destinadas para estudantes PPI devem ser proporcionais à participação dessa população no total da população de cada estado da federação.

A partir da análise dos dados do Censo de Educação Superior, Oliveira (2021) demonstra a mudança no perfil dos estudantes de graduação nas universidades (públicas e privadas) brasileiras no período de 2011 a 2017. Os principais resultados revelam aumento do percentual de estudantes autodeclarados negros/as saltando de 12% em 2011, para 32,5% em 2017; sendo que nas

instituições públicas esse índice passou de 16,3% para 38,4%, e nas instituições privadas saiu de 10,4% para 30,5%.

A V (quinta) Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (das) graduandos (das) das IFES - 2018 (FONAPRACE, 2019) investigou o perfil dos estudantes dos cursos presenciais de graduação de todas as Instituições Federais de Ensino Superior existentes até fevereiro de 2018[9], englobando 1.200.300 (um milhão duzentos mil e trezentos) discentes ingressantes no período entre 2000 e 2018 distribuídos por 65 IFES (395 campi), matriculados em 355 cursos das diversas áreas de conhecimento e distribuídos nos turnos diurno, noturno e integral para obtenção dos graus de Bacharelado, Licenciatura, Bacharelado e Licenciatura e Tecnológico. O estudo mostra que, em 2018, 51,2% dos estudantes se autodeclararam negros/as, 64,7% cursaram o ensino médio em escolas públicas e 70,2% desses estudantes apresentavam renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo[10] [11].

A Universidade de São Paulo (USP), apesar de ter sido pioneira no debate sobre a importância da ampliação do número de estudantes negros no seu quadro discente, foi a última dentre as grandes universidades do país a adotar cotas raciais. As tentativas de diversificar o perfil dos/as estudantes da USP se iniciaram apenas em 2007, quando os candidatos que cursaram integralmente o ensino médio nas redes públicas de ensino passaram a receber acréscimo de 3% na nota final (em cada uma das duas fases do vestibular). Em 2008, a bonificação podia atingir até 12%, pois se considerava também as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do Programa de Avaliação Seriada da USP (Pasusp) (PIOTTO; NOGUEIRA, 2016).

Porém, os resultados se mostraram bastante discretos. Piotto e Nogueira (2016) apontam que entre 2006, um ano antes das políticas de bonificações serem implementadas, e 2009, dois anos depois, o total de estudantes de escolas públicas da USP subiu de 24,7% para 29,3%. Quanto à diversificação étnica desses estudantes Silva e Girotto (2021) demonstram, a partir dos dados dos questionários

[9] Incluindo 63 universidades federais, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, do Rio de Janeiro, totalizando 65 IFES.

[10] Carvalhaes, Feres Júnior e Daflon (2013) apontam os limites desse critério de cotas definido pela renda *per capita* familiar, segundo os autores o mesmo tem sido pouco efetivo para a inclusão dos estudantes das camadas socioeconômicas mais vulneráveis. Ver em: CARVALHAES, F.; FERES JÚNIOR, J.; DAFLON, V. T. O impacto da Lei de Cotas nos estados: um estudo preliminar. *Textos para discussão GEMAA (IESP/UERJ)*, Rio de Janeiro, n.1, p.1-17, 2013. Disponível em: https://gemaa.iesp.uerj.br/textos-para-discussao/1-o-impacto-da-lei-de-cotas-nos-estados-um-estudo-preliminar/. Acesso em: setembro de 2022.

[11] Essas transformações também foram evidenciadas nos trabalhos de Vieira e Arends-Kuenning (2019), Feres Júnior et al (2013), Rabelo (2017) e Senkevics (2019).

socioeconômicos da FUVEST, que no mesmo período o número de estudantes *pretos, pardos e indígenas* (PPI) subiu de 12,7% para 14,4% no total das carreiras da USP, ou seja, apenas 1,7%.

Em 2012, no contexto da promulgação da Lei 12.711, a USP adicionou um bônus de 5% aos candidatos de escolas públicas autodeclarados negros e indígenas. Assim, a diversificação do corpo discente da USP passou a ser um pouco mais expressiva: se em 2011 o total de estudantes que havia cursado todo o ensino médio em escolas públicas era de 24,5%, em 2015 o percentual atingiu 32,7%; no entanto, mais uma vez, o número de estudantes PPI cresceu menos expressivamente que o percentual de alunos brancos vindos de escolas públicas, de 13% em 2011, para 18,7% em 2015 (FUVEST). Esses dados apontam as fragilidades de uma política de inclusão pautada apenas na inserção de estudantes de escolas públicas, sem o devido recorte racial (e de renda), o que foi evidenciado no trabalho de Vieira e Arends-Kuenning (2019).

Quanto ao quesito de renda, a nossa análise dos questionários socioeconômicos da FUVEST revela que houve certa democratização no ingresso de estudantes no total das carreiras da USP entre os anos de 2001 e 2015. Observa-se aumento contínuo (nos anos de 2001, 2005, 2010, 2015) do percentual de estudantes com faixa de renda familiar mais baixa, até 5 salários mínimos (SM), saindo de 22,2% em 2001 para 39,3% em 2015; e queda constante de ingressantes com faixa de renda familiar intermediária (de 5 a 14 SM), que representavam 50,7% em 2001 e 42,7% em 2015, e alta (acima de 14 SM), com índices de 27,1% em 2001 e 18% em 2015.

Nesse período, a diversificação socioeconômica do perfil de estudantes também ocorreu no DG-USP. Entre os anos de 2001 e 2015, houve tendência de aumento do percentual de ingressantes EP e PPI no curso de Geografia. O ingresso de estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas apresentou acréscimo de 17,3%, saltando de 39,2% em 2001 para 49,7%; já o percentual de estudantes PPI cresceu de forma mais tímida, de 12,3% para 18,3%[12].

Quanto à renda familiar desses estudantes, nos anos de 2001 e 2005 havia maior concentração de ingressantes cujas famílias possuíam renda na faixa intermediária (de 5 a 14 SM). Essa situação mudou nos anos de 2010 e 2015 quando a maioria dos ingressantes no DG-USP apresentavam renda familiar de até 5 SM. De modo geral houve aumento no grupo de estudantes com rendas mais baixas

[12] Em todo o período analisado (anos de 2001, 2005, 2010 e 2015), com exceção do ano de 2001, o curso de Geografia apresentou o maior percentual de estudantes EP dentre os cursos (História, Filosofia, Letras e Ciências Sociais) da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP). Quanto ao percentual de estudantes PPI, o curso de Geografia se destaca nos anos de 2005 e 2010 por apresentar os maiores índices dentre os cursos da FFLCH, respectivamente, 17,4% e 20,6%; e no ano de 2015 por apresentar o menor percentual, 18,7%, frente ao curso de Letras com o maior percentual, 25,5%. Demonstrando mais uma vez que a inclusão de estudantes oriundos de EP não garante o ingresso de estudantes PPI.

(até 5 SM), saltando de 32,5% para 49%, e decréscimo nas faixas de renda intermediárias (de 5 a 14 SM), caiu de 46,8% para 38,95%, e altas (acima de 14 SM), caindo de 21% para 8,7%.

Nesse cenário, podemos dizer que no período entre 2001 e 2015, anterior à implementação da reserva de vagas na USP, a diversificação do perfil socioeconômico dos/as estudantes da USP e da Geografia já estava ocorrendo, porém de maneira mais retraída e instável.

Somente em 2016 a USP passou a aceitar o ingresso de estudantes via Sistema de Seleção Unificada (SISU), quebrando um histórico de 40 anos de acesso exclusivo através do vestibular realizado pela Fuvest (JORNAL DA USP, s/a). Com a adesão ao SISU ficou estabelecida a meta de, até 2021, 50% dos ingressantes da USP deveriam ser oriundos de escolas públicas, o que de fato ocorreu, como publicou o site da UOL: "Em mudança histórica, a maioria dos ingressantes na USP é de escola pública", 51,7% do total das vagas foram ocupadas por estudantes de escolas públicas e, dentre eles, 44,1% são estudantes autodeclarados PPI. (COSME, 2021, s/p)

Vale ressaltar uma peculiaridade na política de reserva de vagas das universidades estaduais paulistas em relação às instituições de ensino que estão sob a lei 12.711. Nas universidades e institutos federais, a reserva de vagas para a população PPI segue a mesma proporção do total dessa população em cada estado da federação. Por exemplo, em São Paulo, como a população PPI representa 37,5% do total da população do estado, o percentual de vagas reservadas para estudantes PPI nas instituições de ensino federal desse estado deve ser também de 37,5%. Em contrapartida, na USP e na UNESP (MUNIZ, 2022) o percentual de 37,5% não incide sobre o total de vagas dessas instituições, mas somente sobre as vagas reservadas para estudantes oriundos de escola pública (EP), o que representa 50% do total das vagas dessas universidades (VEM PRA USP, s/a). Sendo assim, a reserva de vagas para estudantes PPI na USP e na UNESP representa de fato apenas 18,7%[13] do total de ingressantes, ou seja, metade da proporção dessa população no estado de São Paulo. À exemplo disso, no ano de 2021, quando pela primeira vez a USP alcançou um quadro discente representado em sua maioria por estudantes oriundos de escolas públicas, 51,7%, o número total de estudantes que se autodeclararam PPI, independentemente da modalidade de concorrência, foi de 27,4% (CRUZ, 2020), não atingindo assim a proporção dessa população no estado de São Paulo.

Cumpre lembrar, contudo, que em 2015 esse índice era de 18,7% (FUVEST). Sendo assim, apesar dos limites, verifica-se um aumento na participação da população PPI na comunidade uspiana após

[13] Na Unicamp, apesar de apresentar a melhor condição de ingresso para os estudantes indígenas (vestibular indígena), a reserva de vagas para estudantes pretos e pardos é de apenas 15%.

a implementação da reserva de vagas. Além disso, segundo o Jornal da USP, também houve mudança no perfil de renda desses/as estudantes: se, em 2019, 47,5% dos/as ingressantes declararam renda familiar bruta entre um e cinco salários mínimos (e 52,5% acima de cinco salários mínimos); em 2021, esse índice alcançou 49,4%.

Ainda que de 2020 para 2021 tenha havido ligeiro aumento no número de calouros com renda familiar bruta de até um salário mínimo – de 2,9% para 4,6% (JORNAL DA USP) —, ao considerarmos as faixas extremas de renda (ver quadro 1 abaixo) vemos que os estudantes com renda familiar de até 1 salário mínimo (4,6%) estão significativamente em menor número que aqueles com renda familiar acima de 15 salários mínimos (14,9%).

Quadro 1 - Perfil socioeconômico dos/das estudantes ingressantes na USP em 2021

Renda familiar	**%**
Até 1 SM	4,6%
Acima de 1 até 2 SM	12,1%
Acima de 2 até 3 SM	13%
Acima de 3 até 5 SM	19,7%
Acima de 5 até 7 SM	13,4%
Acima de 7 até 10 SM	12,1%
Acima de 10 até 15 SM	10,2%
Acima de 15 até 50 SM	14,9%

Fonte: https://jornal.usp.br/institucional/em-2021-usp-tem-mais-de-50-de-alunos-ingressantes-vindos-de- escolas-publicas/

Ainda assim, a adesão à reserva de vagas do SISU provocou efeito considerável sobre a mudança de perfil socioeconômico dos/das estudantes da USP, especialmente no que se refere ao maior ingresso de estudantes EP.

A análise das respostas dos/as estudantes do DG-USP aos formulários socioeconômicos aplicados por nós em 2018 e 2020, permite admitir que também houveram alterações no perfil de estudantes do DG-USP. O aumento do ingresso de estudantes PPI foi considerável, de 18,7% em 2015 para 34% em 2020; houve aumento do percentual de estudantes cuja renda familiar somava até 5 SM – 49% em 2015 para 68% em 2018 e 56% em 2020. Os estudantes EP somavam 49,7% dos estudantes ingressantes no curso de Geografia em 2015, 60% em 2018 e 50% em 2020.

O novo perfil de estudantes-trabalhadores e trabalhadoras do curso de graduação do DG-USP

Em nossas pesquisas exploratórias, realizadas nos anos de 2018 e 2020, identificamos a predominância de estudantes-trabalhadores/as no curso de graduação do DG-USP. No ano de 2018, 64% dos/as estudantes que responderam ao nosso formulário declararam que trabalhavam no momento da pesquisa, e em 2020, 60%. Dentre os/as estudantes autodeclarados/as PPI, tanto no ano de 2018 quanto em 2020, 60% deles/as trabalhavam; entre aqueles/as autodeclarados/as brancos/as os percentuais foram de respectivamente 65% e 60%.

Os resultados dos nossos formulários indicam que tanto em 2018 quanto em 2020 cerca de 80% dos/das estudantes-trabalhadores/as estudavam predominantemente no período noturno. A maior parte deles/as utilizavam transporte público para se locomover até a universidade, 73% em 2018 e 81% em 2020; e grande parte das mães dos/das estudantes tinham escolaridade até o ensino médio completo (EMC)[14], 68% em 2018 e 62% em 2020.

A **figura 1** abaixo mostra que de 2018 para 2020 houve queda do percentual de estudantes-trabalhadores/as autodeclarados/as brancos/as com renda familiar de até 5 SM (de 65% para 38%), indicando aumento do percentual desses jovens com renda familiar maior que 5 SM. Em contraste, entre os/as estudantes-trabalhadores/as PPI ocorreu o inverso no mesmo período, houve aumento do percentual daqueles/as com renda familiar de até 5 SM (de 70% para 84%). Ao mesmo tempo, o percentual de estudantes brancos/as com renda familiar acima de 7 SM aumentou (de 14% em 2018 para 25% em 2020) e o percentual de estudantes PPI na mesma faixa de renda diminuiu (de 7% para 3%).

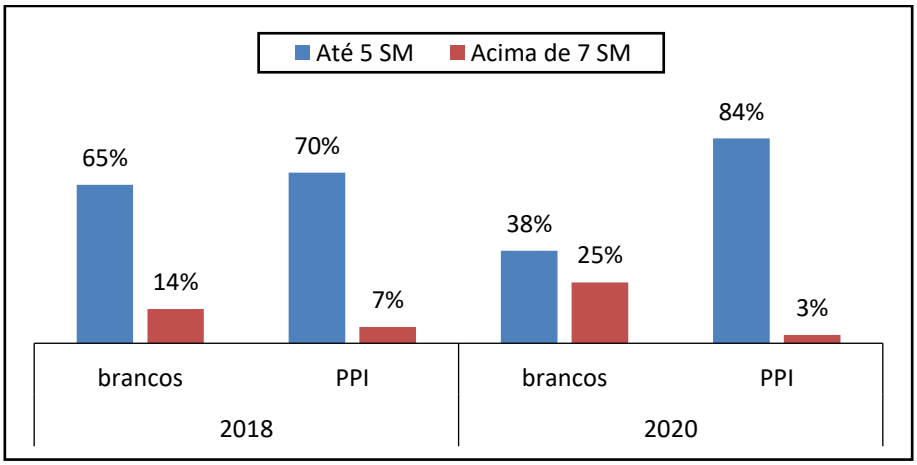


Figura 1 - Perfil dos/das estudantes-trabalhadores/as de graduação do DG-USP por renda familiar e cor - 2018 e 2020

[14] Nesse índice estão incluídas as mães que nunca estudaram e aquelas que cursaram ensino fundamental incompleto e completo, e ensino médio incompleto e completo.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados dos formulários socioeconômicos - DG-USP - 2018 e 2020.

Os resultados indicando índices menos inclusivos no ano de 2020 podem estar relacionados ao fato de os/as estudantes terem respondido ao nosso formulário em seus domicílios, já que nos encontrávamos em quarentena devido à pandemia da COVID-19 e as aulas estavam sendo ministradas de modo remoto. Isso pode significar que aqueles/as estudantes socioeconomicamente mais vulneráveis talvez não tenham conseguido responder ao formulário que foi enviado por email por falta de recursos materiais, como computador e internet.

Em 2018 76% dos/das estudantes-trabalhadores/as do DG-USP ajudavam no sustento familiar de forma parcial ou integral. Em 2020 o percentual passou para 81%. Nos dois períodos analisados, entre os/as estudantes-trabalhadores/as PPI esse índice é cerca de 10% mais alto quando comparado ao dos/as estudantes-trabalhadores/as brancos/as.

Em relação às horas semanais de trabalho, no ano de 2018 havia maior percentual de estudantes que trabalhavam até 20h semanais (45%), seguidos pelos/as que trabalhavam entre 21h e 40h semanais (43%) e, em menor percentual, por aqueles/as que trabalhavam acima de 40h semanais (12%). No ano de 2020 houve queda do percentual de estudantes que trabalhavam até 20h semanais (37%) e aumento daqueles/as que trabalhavam entre 21h e 40h semanais (47%) e acima de 40h semanais (16%) em relação ao ano de 2018.

Quando analisamos as horas de trabalho dos/as estudantes por cor (ver **figura 2** e **3** abaixo), observamos que em 2018 os/as estudantes que se autodeclararam brancos/as representavam maior percentual dentre os que trabalhavam até 20h semanais (47%), enquanto os/as estudantes autodeclarados/as PPI representavam maior percentual dentre os/as que trabalhavam entre 21h e 40 horas semanais (48%) ou acima de 40h semanais (13%).

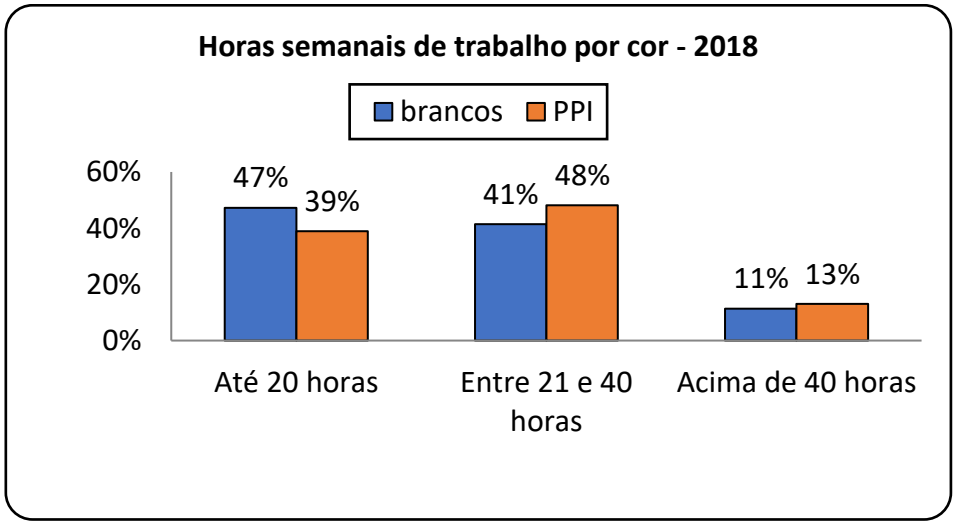


Figura 2 - Perfil dos/das estudantes-trabalhadores/as de graduação do DG-USP - *horas semanais de trabalho por cor* nos anos de 2018
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados dos formulários socioeconômicos - DG-USP, 2018.

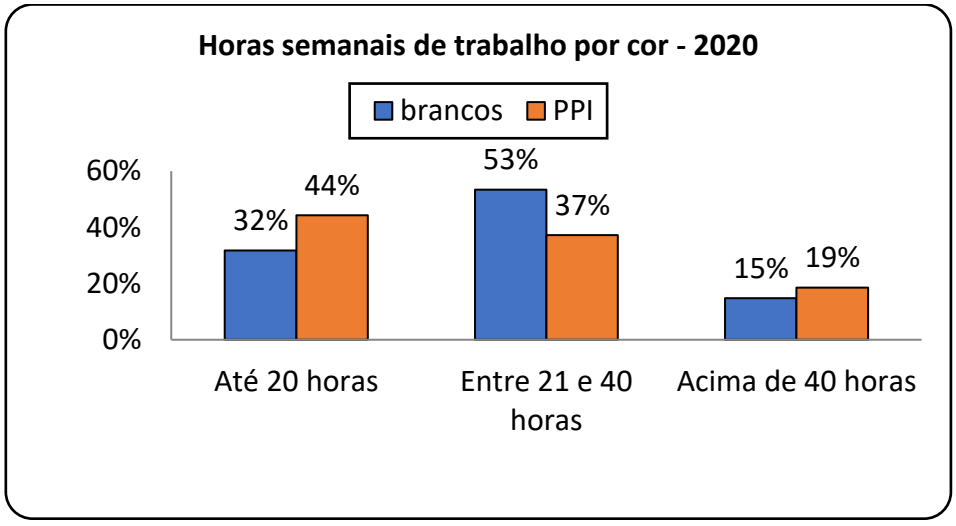


Figura 3 - Perfil dos/das estudantes-trabalhadores/as de graduação do DG-USP - *horas semanais de trabalho por cor* nos anos de 2020
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados dos formulários socioeconômicos - DG-USP, 2020.

Em 2020, os/as estudantes PPI continuaram representando maior percentual dentre os/as que trabalhavam acima de 40h semanais (19%), porém a situação se inverte em relação às outras duas faixas: os/as estudantes PPI passam a representar maior percentual de estudantes que trabalham até 20h semanais (44%) - contra 32% entre os/as estudantes brancos/as - e menor percentual entre os/as que trabalhavam entre 21h e 40h semanais (37%) - contra 53% entre os/as estudantes brancos/as. Este fato pode estar relacionado à mudança no tipo de trabalho exercido pelos estudantes, o que também alterou o seu perfil entre os anos de 2018 e 2020. Em 2018 mais da metade dos/das estudantes (52%) desempenhavam atividades relacionadas a estágio, monitoria e bolsas de pesquisa ou extensão. Em segundo lugar estava o grupo de estudantes que exerciam ocupações formais (28%), seguido por aqueles/as que realizavam atividades informais (20%). No ano de 2020, esse cenário é drasticamente alterado, o maior percentual é de estudantes que desempenham trabalhos formais (43%), seguido pelo de estagiários/as, monitores/as e bolsistas (33%) e, por último, mas com maior percentual que em 2018, pelo percentual de estudantes que exercem atividades informais (24%).

Se considerarmos que as ocupações remuneradas com dedicação de até 20h semanais representam, em geral, atividades de estágio/bolsa/monitoria, podemos observar que as informações referentes às *horas de trabalho semanais* e *tipo de trabalho* dos estudantes se

complementam. Em 2018, 45% dos/as estudantes-trabalhadores/as exerciam atividades com dedicação de até 20h semanais e 52% desempenhavam atividades de estágio/bolsa/monitoria. Em geral, os trabalhos com dedicação acima de 30h semanais representam atividades formais. O que observamos é que de 2018 para 2020, houve um deslocamento do número de estudantes que exerciam atividades de estágio/bolsa/monitoria para outros trabalhos, especialmente, formais e informais com dedicação acima de 30h semanais. Tal fato pode estar ligado à crise gerada pela pandemia da COVID-19, que se acumulou à crise econômica já existente no país desde o golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff no ano de 2016. Diante dessa conjuntura, não é disparatado pensar que a perda de emprego pela população mais vulnerável, mais pobre e de menor escolaridade (os pais e mães dos/das estudantes do DG-USP) tenha demandado que uma parcela dos/as estudantes assumisse a responsabilidade de assegurar o orçamento familiar, já que o fato de estarem em processo de maior escolarização e terem uma carteirinha USP lhes confere melhores chances ao competir no mercado de trabalho.

As **figuras 4 e 5** abaixo ajudam-nos a entender a relação entre os tipos de trabalho, a cor e o sexo dos/das estudantes-trabalhadores/as. É possível observar que em 2018 os homens brancos (HB) e PPI (HPPI) apresentavam maiores percentuais de ocupação formal, enquanto as mulheres brancas (MB) e PPI (MPPI) ocupavam-se mais com atividades relacionadas a estágios/bolsas/monitorias.

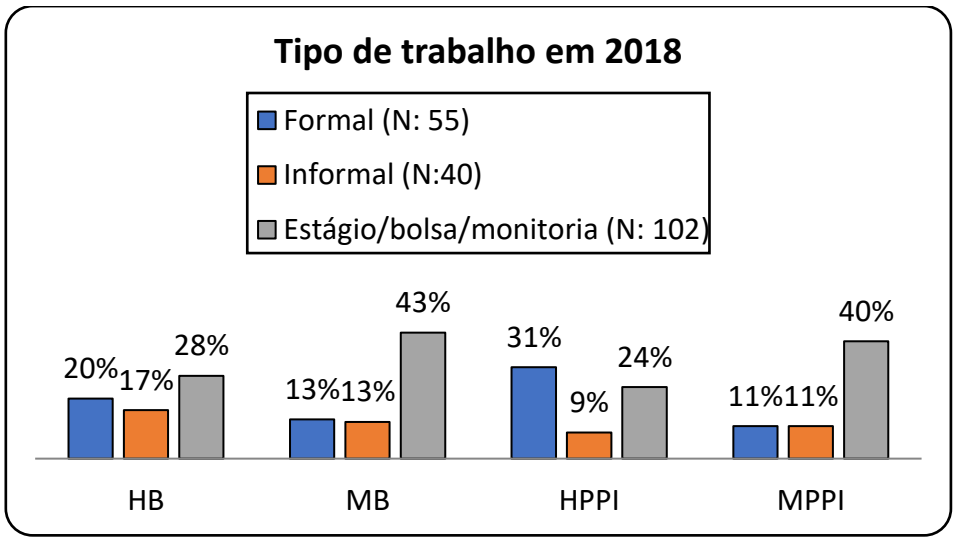


Figura 4 - Perfil dos/das estudantes-trabalhadores/as de graduação do DG-USP - *tipo de trabalho por cor e sexo* em 2018

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados dos formulários socioeconômicos - DG-USP, 2020.

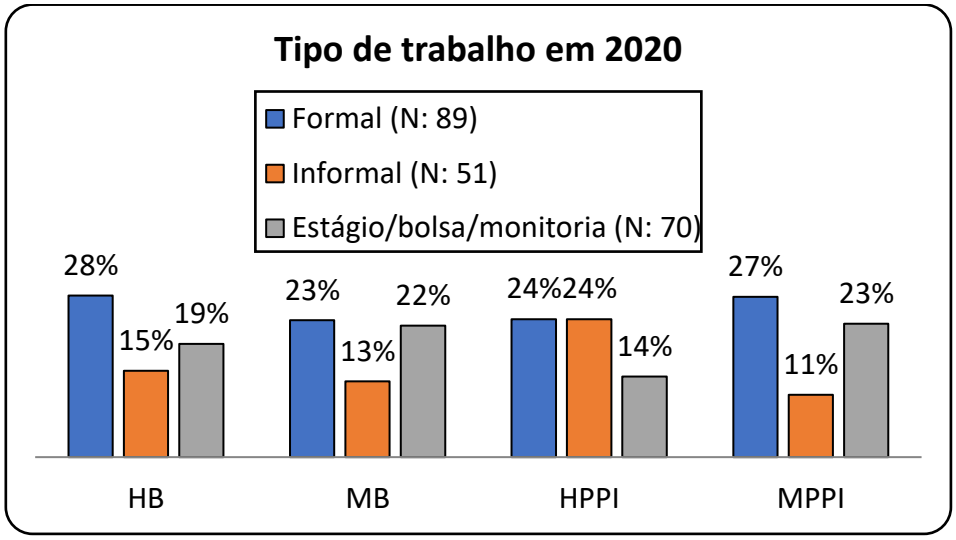


Figura 5 - Perfil dos/das estudantes-trabalhadores/as de graduação do DG-USP - *tipo de trabalho por cor e sexo* em 2020.
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados dos formulários socioeconômicos - DG-USP, 2020.

Em 2020, chama a atenção o fato de que somente os homens PPI apresentaram queda no percentual de ocupações formais (de 31% em 2018 para 24% em 2020) e crescimento das ocupações informais (de 9% em 2018 para 24% em 2020). Tal fato pode estar relacionado à maior vulnerabilidade dessa população às oscilações de mercado e a ocupar trabalhos mais precarizados, como já mencionamos ao longo do nosso trabalho.

No mesmo período, as mulheres PPI e brancas apresentaram queda no percentual de ocupações relacionadas a estágio/bolsa/monitoria e aumento no índice de ocupação formal. Possivelmente por terem sido convocadas a compor a renda familiar devido à crise econômica e sanitária do país.

De modo geral, o cenário que se apresenta quanto ao tipo de trabalho dos/as estudantes-trabalhadores/as do DG-USP indica predominância de trabalho precário. Isso porque se considerarmos o ano de 2020, por exemplo, 43% deles/as estavam ocupados/as em trabalhos formais, mas desse percentual 41% eram professores/as. No estado de São Paulo o grau de precarização do trabalho docente formal há décadas avança a passos largos, apresentando elementos como intensificação do trabalho, flexibilização nas formas de contratação e arrocho salarial (PIOVEZAN; DAL RI, 2016).

No mesmo ano, o segundo maior percentual de ocupação dos/as estudantes-trabalhadores/as era em estágio/bolsa/monitoria (33%) que, não obstante a sua importância enquanto ato educativo e auxílio financeiro para a permanência dos/as estudantes no curso, na atualidade se caracteriza por sua inserção na esteira da precarização do trabalho, em que os/as jovens assumem

responsabilidades de um/a trabalhador/a contratado/a mas sem, no entanto, receber direitos como a seguridade trabalhista e salários compatíveis com as atividades que realizam[15].

Sem contar os 24% de estudantes que em 2020 se ocupavam de trabalhos informais.

O novo perfil de estudantes-trabalhadores/as do curso de graduação do DG-USP - dificuldades e vivência acadêmica

Em um mundo cuja razão neoliberal corrói o modo de vida das pessoas, transformando tudo que toca em mercadoria e entes em competição, nos interessa saber como os/as estudantes-trabalhadores/as de graduação do DG-USP – oriundos de condições socioeconômicas mais vulneráveis e de conjunturas trabalhistas mais precarizadas –, vivenciam a universidade (neoliberal) e quais são as suas principais dificuldades acadêmicas.

A partir da **figura 6** abaixo, observamos que no ano de 2018 a maior dificuldade dos/as estudantes-trabalhadores/as do DG-USP estava relacionada à *falta de tempo* (73%).

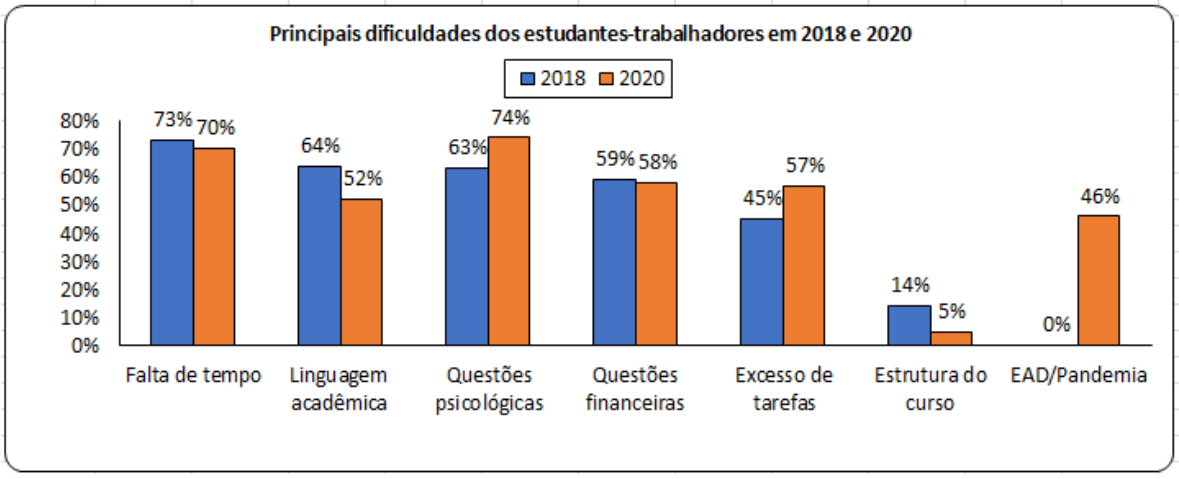


Figura 6 - Principais dificuldades acadêmicas dos/as estudantes-trabalhadores/as de graduação do DG-USP nos anos de 2018 e 2020

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados dos formulários socioeconômicos - DG-USP - 2018 e 2020.

Do total de queixas relacionadas à *falta de tempo,* as dificuldades de conciliar trabalho e estudo aparecem numa frequência de 58% em 2018 e 54% em 2020. A segunda grande problemática

[15] Sobre a temática ver os trabalhos de BORGES, Ângela; SILVA, Magda Cibele Silva. O contrato de estágio como mecanismo de precarização do trabalho juvenil. *IV Jornada Internacional de Políticas Públicas* - neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas. São Luís – MA, 25 a 28 de agosto de 2009.
VALERIANO. Maya Damasceno. Estágio precarizado. *VI Colóquio Internacional Marx e Engels - Centro de Estudos Marxistas – CEMARX* – Unicamp, Campinas, 2009.

relacionada à *falta de tempo* foi o deslocamento e a distância percorrida entre moradia-universidade-trabalho, 30% em 2018 e 36% em 2020.

As questões relacionadas à *linguagem acadêmica* aparecem mais significativamente em 2018 (64%) do que em 2020 (52%), mas em ambos os períodos estão ligadas, principalmente, às dificuldades de escrita e leitura de textos acadêmicos (56% em 2018 e 45% em 2020) e à falta de conhecimentos prévios (37% em 2018 e 36% em 2020).

Os relatos referentes às dificuldades relacionadas à *linguagem acadêmica* apareceram tanto em relação à linguagem dos docentes quanto à linguagem dos textos e de produção dos trabalhos acadêmicos, como desabafa o estudante: "Entender e se adequar ao ambiente acadêmico (linguagem e complexidade dos textos, rotina de estudos etc [...]" (E1[16], questionário socioeconômico, 2018).

Tais dificuldades são reiteradas quando observamos as respostas dos/as estudantes à seguinte pergunta: *Você considera que os conhecimentos adquiridos no ensino médio foram "insuficientes", "adequados" ou "acima das expectativas"*? Em 2018 e 2020, respectivamente 55% e 43% dos/as estudantes consideraram os conhecimentos adquiridos no EM *insuficientes*. Esse grupo de estudantes é composto em 2018 e 2020, respectivamente, por 67% e 61% de estudantes-trabalhadores/as, 34% e 45% estudantes PPI, 66% e 53% de estudantes brancos/as e 78%, nos dois períodos analisados, de estudantes EP. Reiterando a condição mais vulnerável dos/as estudantes oriundos de EP.

As queixas dos/as estudantes-trabalhadores/as que mais se destacaram em 2020 estão relacionadas às *questões psicológicas* que, do total dos relatos dos estudantes, representam uma frequência de 74% (63% em 2018). Tais dificuldades estão ligadas, principalmente, aos problemas de relacionamento com colegas e docentes (frequência de 30%, em 2018, e 26%, em 2020), como aparece no seguinte relato: "Falta de identificação com estudantes, profs (sic) e afins; Socialização deficitária; entrar no modo de estudar acadêmico; Falta de instrução para certas atividades;" (E2[17], questionário socioeconômico, 2020). Outro estudante afirma que as dificuldades são "Várias: trajeto casa-universidade, no começo da graduação tive dificuldade de me adaptar ao ambiente universitário e de fazer amizades e trabalhos em grupo. Muitos textos para ler, trabalhar pra fazer

[16] Estudante do sexo masculino, autodeclarado de cor branca, 23 anos de idade, ingressou no curso no ano de 2014, trabalha de 11 a 20h por semana, ajuda parcialmente no sustento familiar, declarou renda familiar entre 7-9 SM, estudou a maior parte do ensino médio em escola privada, reside em Taboão da Serra (SP).

[17] Estudante do sexo feminino, autodeclarada preta, 19 anos de idade, ingressou no curso no ano de 2019 pelo sistema de cotas (SISU), trabalha de 1 a 10 horas por semana, ajuda parcialmente no sustento familiar, declarou renda familiar até 1 SM, cursou o ensino médio integralmente em escola pública (ETEC), mora no Conjunto Residencial da USP (CRUSP).

(sic), dificuldade em entender alguns conceitos e disciplinas." (E3[18], questionário socioeconômico, 2020). Além do fato de serem PPI, os estudantes acima mencionados têm em comum a baixa escolaridade do pai e da mãe e a renda familiar de até 1 SM. Ainda que o perfil dos estudantes do DG-USP não seja predominantemente composto por membros da elite econômica, a própria estrutura (física e acadêmica) da universidade pode gerar estranhamento nesses estudantes pouco familiarizados com o ambiente acadêmico.

A segunda maior queixa dos/as estudantes-trabalhadores/as do DG-USP relacionada às *questões psicológicas* é a dificuldade de adaptação ao ambiente acadêmico "hostil" e "clima de competição" (frequência de 23% em 2018 e 20% em 2020). Em terceiro lugar, mas nem por isso menos significativas, aparecem as *questões psicológicas* relacionadas ao estresse/ansiedade/cansaço/depressão/solidão/baixa autoestima (18%, em 2018, e 20%, em 2020). O cansaço, relacionado principalmente ao deslocamento e ao fato de conciliar trabalho e estudo, aparece como uma das principais questões.

E, por fim, a falta de perspectiva profissional, que dentre as dificuldades relacionadas às *questões psicológicas* apresentou frequência de 13% em 2018 e 14% em 2020.

As dificuldades referentes às *questões financeiras* estão ligadas diretamente à falta de dinheiro e dificuldades de permanência. O relato a seguir expressa bem a questão:

> "Todas as dificuldades que enfrentei são e foram relacionadas à dinheiro. Seja falta de dinheiro para pagar o transporte público (...), seja a falta de dinheiro para comer durante uma viagem de campo. Falta de tempo para realizar as atividades da faculdade por conta de trabalhos informais que realizo para conseguir um dinheiro." (E4[19], questionário socioeconômico, 2020).

Em relação ao *excesso de tarefas*, as queixas dos/as estudantes-trabalhadores/as representavam frequência de 45% do total de estudantes em 2018 e 57% em 2020; desses índices, 70% em 2018 e 100% em 2020 referiam-se à elevada quantidade de textos para leitura por disciplina.

> "No início foi bem difícil acompanhar os conteúdos. Muitos dos meus colegas tinham conhecimentos que eu não tinha tido na escola e os professores assumiam que aquilo que ele estava falando era de conhecimento geral, mas não era. A carga de leitura também começou a pesar quando eu passei a trabalhar 8h20 por dia. Em algumas disciplinas, era solicitado que fosse um (sic) lido um livro inteiro de uma aula para outra. Algumas disciplinas

[18] Estudante do sexo masculino, autodeclarado de cor parda, 23 anos de idade, ingressou no curso no ano de 2018 pelo sistema de cotas (SISU), desenvolve iniciação científica, ajuda integralmente no sustento familiar, declarou renda familiar até 1 SM, cursou o ensino médio integralmente em escola pública (Escola Estadual), reside em um conjunto habitacional no extremo oeste de São Paulo.

[19] Estudante do sexo feminino, autodeclarada preta, 22 anos de idade, ingressou no curso no ano de 2018 pelo sistema de cotas (FUVEST), trabalha de 21 a 30 horas por semana, ajuda parcialmente no sustento familiar, declarou renda familiar entre 3 - 5 SM, cursou o ensino médio integralmente em escola pública (ETEC), mora na zona norte de São Paulo.

> também acabavam muito tarde, sendo que era necessário correr para pegar o metrô, pois os circulares demoravam bastante para chegar." (E5[20], questionário socioeconômico, 2020).

O relato desta estudante é bastante significativo considerando que suas dificuldades vão se acumulando, haja vista a falta de conhecimentos prévios, a necessidade de trabalhar, o deslocamento até sua moradia e a elevada carga de textos para leitura, que não se concilia com o tempo escasso disponível.

As dificuldades ligadas à *estrutura do curso* apareceram de forma mais significativa no ano de 2018 (14%). Para os/as estudantes-trabalhadores/as, as principais problemáticas relacionadas à *estrutura do curso* referem-se à falta de oferta de bolsas, horários das aulas (vespertino) e falta de disponibilidade de matérias no período noturno.

Por fim, dentre o total das queixas relacionadas à *EAD/Pandemia*, as dos/as estudantes-trabalhadores/as representam frequência de 46% e estão relacionadas principalmente às aulas *online* e à falta de recursos materiais para acompanhá-las, reforçando a nossa hipótese de que tais dificuldades podem ter impedido que os/as estudantes socioeconomicamente mais vulneráveis respondessem ao nosso questionário no ano de 2020, o que pode ter provocado a distorção nos índices de inclusão como observamos anteriormente.

Identificar as principais dificuldades dos/as estudantes-trabalhadores/as nos interessa para compreender como, diante desta condição, eles e elas experienciam a vivência acadêmica, representada na forma das relações interpessoais com seus colegas e docentes, na identificação (ou não) com o ambiente acadêmico, bem como nas possibilidades de participar de atividades extracurriculares como eventos acadêmicos, culturais, projetos de pesquisa e extensão, dentre outros.

Como visto anteriormente, alguns estudantes do DG-USP, relatam a existência de certo estranhamento ao ambiente acadêmico, considerado "hostil" e "competitivo", além de dificuldades de relacionamento com colegas e docentes. Tais questões podem estar relacionadas à dificuldade de identificação desses/as estudantes com esse ambiente, já que grande parte deles/as são oriundos de EP, com renda familiar mais baixa e com pais e mães que nunca cursaram ensino superior. Essa realidade pode produzir distanciamento em relação ao meio universitário; como retratou um estudante – de renda familiar até 1 SM, mãe com ensino médio completo e pai com ensino médio incompleto (ambos desempregados no momento da pesquisa) –, a dificuldade está

[20] Estudante do sexo feminino, autodeclarada branca, 27 anos de idade, ingressou no curso no ano de 2013, trabalha acima de 40 horas semanais, ajuda parcialmente no sustento familiar, declarou renda familiar entre 9 - 12 SM, cursou o ensino médio integralmente em escola pública (Escola Estadual), mora na zona leste de São Paulo.

"[n]o processo de adaptação a Universidade e a compreensão que ela não é só elitista pela renda das pessoas que estudam aqui, mas por toda sua estrutura. [...]" (E6, questionário socioeconômico, 2018).

No que se refere à vivência acadêmica relacionada à participação das atividades ofertadas pela universidade, os/as estudantes-trabalhadores/as relataram enfaticamente as suas dificuldades, devido à falta de tempo, e o desejo de participar em atividades extracurriculares como eventos científicos e projetos de iniciação científica, por exemplo.

Considerações finais

A análise dos nossos resultados quantitativos e qualitativos à luz das reflexões teóricas propostas nos permite admitir a presença de um novo perfil de estudantes-trabalhadores/as no DG-USP. Esses/as estudantes apresentam vulnerabilidades socioeconômicas que dificultam suas vivências acadêmicas e, ao mesmo tempo, representam potencialidades democratizantes.

Após a implementação da reserva de vagas pela USP, o DG tem recebido maiores percentuais de estudantes oriundos de camadas da sociedade que estão mais expostas ao trabalho precarizado. Porém, apesar das dificuldades acadêmicas, esses/as estudantes trazem para dentro da universidade vivências que antes ocupavam apenas as discussões teóricas no ambiente universitário, distantes da realidade concreta.

Desse modo, entendemos que a simples presença desses sujeitos nas salas de aula já coloca em debate temáticas como racismo, infraestrutura e serviços urbanos, segregação socioespacial e precarização do trabalho sob uma perspectiva empírica. Tal fato escancara a necessidade de ampliação das políticas de permanência oferecidas pela universidade e também demanda olhar cuidadoso e atento por parte dos/as docentes do DG-USP.

A nosso ver, tais políticas de permanência não se restringem apenas aos aspectos materiais, como maior oferta de bolsas de estudos, alimentação e moradia, mas englobam também os aspectos simbólicos do processo formativo, como ambiente acadêmico mais acolhedor e menos competitivo, com discentes, docentes e funcionários/as mais conscientes e preparados para receber esse/a novo perfil de estudantes; além do currículo oculto (referências bibliográficas, temáticas, organização curricular) e manifesto (práticas pedagógicas) mais inclusivos.

Nessa esteira, consideramos a importância da Geografia, enquanto ciência e disciplina escolar, na construção de uma educação anti-hegemônica que representa enorme potencial na formação

da/do estudante-cidadã/o, capaz de pensar e agir no mundo de forma consciente e socialmente responsável, principalmente quando boa parte desses formandos/as atuarão como docentes nas redes públicas de ensino.

Sendo assim, defendemos a perspectiva de uma educação libertadora (nos termos freirianos) que seja capaz de dialogar com esses novos sujeitos que chegam à universidade na atualidade e oferecer a eles e elas uma formação anti-hegemônica na qual o diálogo com a realidade não superficialize o conhecimento, mas ao contrário, o transforme em potência libertadora e transformadora das condições de opressão e de exploração.

Referências

ABDALA, Vitor. Trabalhador sem carteira assinada atingiu número recorde em 2022. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro, fev.2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-02/trabalhador-sem-carteira-assinada-atingiu-numero-recorde-em-2022. Acesso em: 23 de junho de 2023.

ALVES, Giovani. O que é precariado? *Blog da Boitempo*, São Paulo, julh.2013. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/. Acesso em: 23 de junho de 2023.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços da era digital.* São Paulo: Boitempo, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/39897121/O_Privil%C3%A9gio_da_Servid%C3%A3o_e-Livros. Acesso em: 03 de Fevereiro de 2020.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 39–53, maio 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/zDCryfbtfD3Yw6YXTTB3YXL/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 25 de maio de 2023.

BRAGA, Rui. *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. São Paulo: Boitempo, 2017.

COSME, Ítalo. Em mudança histórica, a maioria dos ingressantes na USP é de escola pública. *Estadão*, São Paulo, jun.2021. Disponível em: https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2021/06/06/em-mudanca-historica-a-maioria-dos-ingressantes-na-usp-e-de-escola-publica.htm. Acesso em: 21 de Junho de 2021.

CRUZ, Adriana. USP alcança meta de inclusão social em 2020 e tem mais alunos de escolas públicas. *Jornal da USP*, São Paulo, jul.2020. Disponível em: https://jornal.usp.br/institucional/usp-alcanca-meta-de-inclusao-social-em-2020-e-tem-mais-alunos-de-escolas-publicas/. Acesso em: 18 de Setembro de 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo – ensaio sobre a sociedade neoliberal.* Tradução de Mariana Echalar.

DEDECCA, C. S. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.25, n.1 (97), p.94-111, jan./mar.2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rep/a/sYwxkbSHZc6H4hCtRBppGDN/?lang=pt#. Acesso em: 10 de maio de 2023.

DRUCK, Graça; DUTRA, Renata; SILVA; Selma. A contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra. *Caderno CRH*, Salvador, vol. 32, n. 86, p. 289-305, 2019. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/3476/347661126005/html/. Acesso em: 25 de maio de 2023.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: 2019.

FERES JÚNIOR, João et al. O impacto da Lei nº 12.711 sobre as universidades federais. *Levantamento das políticas de ação afirmativa - GEMAA*, IESP-UERJ, setembro 2013. Disponível em: http://gemaa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2018/03/Levantamento-GEMAA-1b.pdf. Acesso em: setembro de 2022.

FONAPRACE. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (das) graduandos (das) das IFEs-2018. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Clique-aqui-para-acessar-o-arquivo-completo.-1.pdf. Acesso em: 12 de setembro de 2022.

GARCIA, Guilherme. Terceirização: 22% dos trabalhos formais no país são terceirizados, mostrando o avanço da precarização. *Esquerda Diário*, jul.2018. Disponível em: https://www.esquerdadiario.com.br/22-dos-trabalhos-formais-no-pais-sao-terceirizados-mostrando-o-avanco-da-precarizacao?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter. Acesso em: 23 de junho de 2023.

G1. Crescimento do mercado de terceirização no Brasil. *Especial Publicitário*, Presidente Prudente e região, mar.2023. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/especial-publicitario/security-seguranca-e-servicos/noticia/2023/03/31/crescimento-do-mercado-de-terceirizacao-no-brasil.ghtml. Acesso em: 23 de junho de 2023.

HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica – O neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Editora Ayiné, 2018.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

JORNAL DA USP. USP realiza mudança histórica na seleção de alunos. *Jornal da USP Especial,* s/d. Disponível em: https://jornal.usp.br/especial/usp-realiza-mudanca-historica-na-selecao-de-alunos/. Acesso em 19 de Junho de 2021.

MUNIZ, Ricardo. Estudos mostram efeitos benéficos de sistema de cotas raciais sobre a universidade pública brasileira. *Jornal da UNESP*, São Paulo, jan.2022. Disponível em: https://jornal.unesp.br/2022/01/26/estudos-mostram-efeitos-beneficos-de-sistema-de-cotas-

raciais-sobre-a-universidade-publica-brasileira/#:~:text=O%20modelo%20adotado%20pela%20Unesp,a%20pretos%2C%20pardos%20e%20ind%C3%ADgenas. Acesso em: 12 de setembro de 2022.

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. Perfil dos estudantes de graduação entre 2001 e 2015: uma revisão. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, v. 26, n. 01, p. 237-252, mar. 2021. Disponível em : https://www.scielo.br/j/aval/a/VmwKVwphJwPnKFyDdyZSgNq/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 21 de julho de 2022.

PIOTTO, Débora Cristina; NOGUEIRA, Maria Alice. Incluindo quem? Um exame de indicadores socioeconômicos do Programa de Inclusão Social da USP. *Educação E Pesquisa*, São Paulo, v.42, n. 3, p.625-649, jul-Set.2016. DOI https://doi.org/10.1590/S1517-9702201609134896. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/120636: Acesso em 13 de outubro de 2018.

PIOVEZAN, Patrícia R.; DAL RI, Neusa M. A precarização do trabalho docente no estado de São Paulo: 20 anos de reformas. *Educação Temática Digita*l, Campinas, v.18, n.1, p.178-197, jan-abr.2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/299999854_A_precarizacao_do_trabalho_docente_no_estado_de_Sao_Paulo_vinte_anos_de_reformas. Acesso em: 21 de setembro de 2022.

RABELO, R. P. Desigualdades sociais no ensino superior: explorando tendências e impactos da Lei de Cotas. In: Reunião nacional da ANPED. *Anais eletrônicos da 38ª Reunião Nacional da ANPED*. São Luís: UFMA, 2017.

SARAIVA, Adriana. Trabalho, renda e moradia: desigualdades entre brancos e pretos ou pardos persistem no país. *Agência de Notícias do IBGE*, nov.2020. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29433-trabalho-renda-e-moradia-desigualdades-entre-brancos-e-pretos-ou-pardos-persistem-no-pais. Acesso em: 22 de junho de 2023.

SENKEVICS, Adriano Souza; MELLO, Ursula Mattioli. O perfil discente das universidades federais mudou pós-lei de cotas? *Cadernos de Pesquis*a, v. 49, n. 172, p. 184-208, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/198053145980. Acesso em: setembro de 2022.

SILVA, Patrícia Paula da; GIROTTO, Eduardo D. O novo perfil de estudantes do curso de geografia da USP: políticas de permanência e currículo. In: XIV ENANPEGE - Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - A Geografia que fala ao Brasil: ciência geográfica na pandemia ultraliberal, 2021. Campina Grande: Realize Editora. Anais eletrônicos... Campina Grande, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78086. Acesso em: 13 de julho de 2022.

STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

VARGAS Juliano; FELIPE, Ednilson Silva. Crise econômica, mercado de trabalho e mudança institucional no Brasil nos anos 1980. In: XII ENCONTRO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 13ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 2017, Niterói-RJ. Disponível em: https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/16%20Crise%20econ%C3%B4mica,%20mercado%20de%20trabalho%20e%20mudan%C3%A7a%20institucionalno%20Brasil%20nos%20anos%201980.pdf. Acesso em: 10 de maio de 2023.

VEM PRA USP. Cotas e Inclusão. Disponível em: https://vemprausp.usp.br/estudar-na-usp/cotas-e-inclusao/. Acesso em: 15 de julho de 2022.

VIEIRA, Renato Schwambach; ARENDS-KUENNING, Mary. Affirmative action in Brazilian universities: Effects on the enrollment of targeted groups. *Economics of Education Review*, Urbana-US, Vol.73, Dec.2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0272775718306216?via%3Dihub>. Acesso em: 17 de dezembro de 2021.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Materialismo*. São Paulo: editora Unesp, 2011.

SOBRE A AUTORA

Patrícia Paula da Silva. Possui o título de bacharel e licenciatura plena em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestrado e Doutorado em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo/PPGH-USP. Durante a graduação participou de projetos de pesquisa e extensão. No mestrado foi bolsista CNPq e participou do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino/PAE-USP, na disciplina "Geografia do Turismo". Também atuou como Supervisora da disciplina de Geografia no Programa de Incentivo à Formação Universitária na Zona Leste de São Paulo - Pró-Universidade (Cursinho Pré-Vestibular Popular), desenvolvido pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP) em parceria com a Fundação Tide Setubal. Durante o doutorado foi bolsista CAPES e realizou atividades de monitoria no Programa de Aperfeiçoamento de Ensino - PAE-USP nas disciplinas "Estágio Supervisionado de Ensino de Geografia e Material Didático" e "Ensino de Geografia na Educação Básica". Também participou do projeto institucional CAEG - "Construindo uma política interdisciplinar de acolhimento dos estudantes cotistas na FFLCH/USP". Atua como professora de Geografia desde o ano de 2009 e possui experiência em Cursos Pré-vestibular, ensino fundamental, médio, superior e pós-graduação lato sensu. Atuou como professora substituta no Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC - Campus São José, ministrando aulas de Geografia para cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e de Educação Ambiental para o curso de Licenciatura em Ciências da Natureza com ênfase em Química. Participou e desenvolveu projetos de pesquisa e extensão. Orientou e participou de bancas de Trabalhos de Conclusão de Curso. Como professora substituta no Instituto Federal de São Paulo/IFSP-Campus Campinas atuou como docente no curso de pós-graduação Lato Sensu em formação docente: "Educação para inserção social", ministrando a disciplina "Teorias dos movimentos sociais" e orientando trabalhos de conclusão de curso. Também ministrou aulas de Geografia para os cursos Técnico Integrado ao Ensino Médio e Técnico Integrado à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nas áreas de pesquisa e extensão atua principalmente nos seguintes temas: Espaço rural - reestruturação do mercado de trabalho; Religiões e Cultura afro-brasileiras; Educação no contexto neoliberal; Estudantes-trabalhadores/as no contexto da precarização do trabalho; Educação emancipadora na perspectiva da educação popular. Email: patricia.pasi@alumni.usp.br